



**SENADO FEDERAL**  
**EMENDA DA CÂMARA AO**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO**  
**Nº 126, DE 1998**  
(Nº 197/1999, naquela Casa)

Dá nova redação ao  
art. 52 da Lei nº 8.171, de 17 de  
janeiro de 1991, que dispõe sobre a  
política agrícola.

**EMENDA Nº 1**

Dê-se ao art. 1º do projeto a seguinte redação:

"Art. 1º O art. 52 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 52. O poder público assegurará crédito rural especial e diferenciado às seguintes categorias de produtores rurais:

- I - assentados em áreas de reforma agrária;
- II - agricultores familiares.

§ 1º O crédito rural especial a que se refere o caput deste artigo diferenciar-se-á segundo as seguintes condições:

- I - taxa de juros;
- II - prazo de pagamento;
- III - período de carência;
- IV - exigência de garantias.

§ 2º Consideram-se, para os fins desta Lei, agricultores familiares os proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros e assentados que atendam, pelo menos, às seguintes condições:

I - não dispor, a qualquer título, de área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, ou, excepcionalmente, a 6 (seis) módulos fiscais quando a atividade preponderante for a bovinocultura, a bubalinocultura ou a ovinocultura;

II - origem de, ao menos, 80% (oitenta por cento) da renda familiar na exploração agropecuária." (NR)"

EMENDA Nº 2

Acrescente-se ao art. 52 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, constante do art. 1º do projeto, o seguinte § 3º:

"Art. 52. ....

.....

§ 3º As condições de encargos financeiros do crédito rural especial e diferenciado para os assentados em áreas de reforma agrária de que trata esta Lei serão estabelecidas em limites 40% (quarenta por cento) inferiores aos parâmetros fixados para os agricultores familiares por um período de até 5 (cinco) anos." (NR)

EMENDA Nº 3

Suprima-se o art. 2º do projeto, renumerando-se o atual art. 3º para art. 2º.

**PROJETO ORIGINAL APROVADO PELO SENADO FEDERAL  
E ENCAMINHADO À CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Dá nova redação ao art. 52 da Lei nº 8.171,  
de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a  
política agrícola.

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º** O art. 52 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 52. O Poder Público assegurará crédito rural especial e diferenciado às seguintes categorias de produtores rurais:” (NR)

“I - assentados em áreas de reforma agrária;

II - agricultores familiares.”

“§ 1º O crédito rural especial a que se refere o *caput* deste artigo diferenciar-se-á segundo as seguintes condições:

I - taxa de juros;

II - prazo de pagamento;

III - período de carência;

IV - possibilidade de pagamento conforme o princípio da equivalência produto; e

V - exigências de garantias.

§ 2º Consideram-se, para fins desta Lei, agricultores familiares os proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros e assentados que atendam, pelo menos, às seguintes condições:

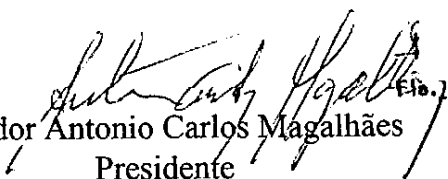
I - área explorada igual ou inferior a quatro módulos fiscais;

II - origem de ao menos 80% (oitenta por cento) da renda familiar na exploração agropecuária.”

**Art. 2º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias após sua publicação.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 03 de março de 1999

  
Senador Antonio Carlos Magalhães  
Presidente

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**LEI Nº 8.171, DE 17 DE JANEIRO DE 1991.**

Dispõe sobre a política agrícola.

.....

**CAPÍTULO XIII**

**Do Crédito Rural**

.....

Art. 52. O Poder Público assegurará crédito rural especial e diferenciado aos produtores rurais assentados em áreas de reforma agrária.

.....

*(Às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e de Assuntos Econômicos)*

Publicado no **DSF**, de 07/09/2011.